

# “Aguçamento dos conflitos”

por Lázaro Evalr de Souza  
de São Paulo

Um possível desaquecimento da economia brasileira poderá acirrar os conflitos entre as classes sociais, especialmente entre capital e trabalho, afetando o processo de transição política e a consolidação da democracia na “Nova República”. O temor é dos professores Bolivar Lamounier, da PUC — São Paulo, e Alkimar R. Moura, da FGV — São Paulo, e foi exposto num trabalho apresentado ontem no seminário sobre Economia Internacional, Dívida Externa e a Economia Política da Recuperação no Brasil.

Ambos recordam que a economia brasileira no ano passado foi puxada pelo bom desempenho da economia norte-americana e acreditam que, neste ano, esta não apresentará os mesmos níveis de 1984. Com isso, entendem que a economia brasileira também não terá bom desempenho, o que provocará o “aguçamento dos conflitos sociais” além de prejudicar o cumprimento dos compromissos externos.

Lamounier salienta que não ocorrerá “automaticamente” uma “desestabilização do governo”, mas garante que o decréscimo do crescimento econômico seguramente contribuirá para o acirramento dos conflitos. A seu ver, o governo só pode optar entre decisões difíceis, no plano econômico. Lembra que, no plano político, as coisas já estão definidas.

A argumentação do professor da PUC é a de que, como agora as decisões ganharão cores mais democráticas e pluralistas, as instituições que tomarão as principais decisões econômicas (Legislativo e as instituições sindicais) passam a ter grande importância no cenário nacional. E, em relação ao funcionamento

pleno dessas instituições, ele lança algumas dúvidas.

## OS “RISCOS”

Outro que concorda que as decisões econômicas na “Nova República” serão “cruciais” para a consolidação da democracia é o secretário de governo de São Paulo, Luiz Carlos Bresser Pereira, que também participou do seminário. Para ele, a coalizão política que sustenta a “Nova República” está em “risco”, uma vez que “não há acordo sobre como resolver as questões econômicas”.

Para Bresser Pereira, o principal problema é a dívida externa e para combatê-la defende uma “capitalização forçada de parte dos juros sem rompimentos com a comunidade financeira internacional”. A princípio, segundo ele, os banqueiros iriam protestar, “sem retaliações”, uma vez que, a seu ver, o Brasil tem uma importância muito grande no seio da comunidade.

Também o professor Paul Singer, da USP, entende que a dívida externa

deve ser tratada de forma diferente. “Parece difícil”, diz ele, “uma recuperação no nível de desenvolvimento econômico no Brasil com o tratamento que vem sendo dada a dívida externa.”

Singer reclama da ausência de propostas políticas em relação à dívida externa. “Não se tem a menor idéia de como as lideranças políticas pretendem encaminhar esta questão”, assinala.

Além da dívida externa, Singer critica também a falta de discussão em torno de um tema que considera de vital importância, que é o da distribuição da renda. “Não se discute o nível de vida do brasileiro, que está abaixo de qualquer linha de miséria”, afirma ele, lembrando que a Relação Anual de Informação Social (RAIS) de 1983 revela que houve uma redução de 22% nos salários reais.

## RENEGOCIAÇÃO

Diminuição dos juros internos, corte nos gastos públicos e renegociação da dívida externa. Esta receita, para um possível reordenamento da economia brasileira, redução do défi-

cit público e maior folga em relação ao setor externo, foi defendida ontem por Pêrsio Arida, secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Seplan, durante o seminário.